



ESTADO DA PARAÍBA

Certifico, para os devidos fins, que este  
DOCUMENTO foi publicado no DOE,  
Nesta Data 16/04/2025  
Cida Rios Sa  
Gerência Executiva de Registro de Atos e  
Legislação da Casa Civil do Governador

## VETO TOTAL Nº 217/2025

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional e contrário ao interesse público, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 2.992/2024, de autoria da Deputada Cida Ramos, que *“Dispõe sobre a vacinação domiciliar das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito do Estado da Paraíba.”*.

## RAZÕES DO VETO

De iniciativa parlamentar, o projeto de lei estabelece o direito das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, residentes no Estado da Paraíba, à vacinação domiciliar, quando necessário, visando garantir a acessibilidade aos serviços de imunização de forma adequada e respeitosa às suas necessidades individuais.

Instada a se manifestar a Secretaria de Estado da Saúde (SES) pugnou pelo veto total.

A SES tem razão. Usarei o parecer da SES como razões deste veto.

Em seu parecer, a SES informou que no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a imunização é tradicionalmente realizada pelos municípios por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), por serem os serviços de saúde de maior proximidade com a população e por possuírem vínculo direto com os domicílios, o que permite inclusive a identificação de residências de pessoas com deficiência, muitas vezes realizando a vacinação in loco. Assim, recomenda o interesse público que o



## ESTADO DA PARAÍBA

projeto de lei n.º 2.992/2024 seja vetado por não estar em plena conciliação com as pactuações do SUS.

De fato, dentre as atribuições da Estratégia de Saúde da Família (ESF), destaca-se a visita domiciliar, cujo propósito central é promover ações de saúde, proteção e recuperação do indivíduo, da família e da comunidade em seu próprio ambiente residencial. A própria ESF ressalta como um de seus benefícios o atendimento a pacientes acamados e em condições especiais.

A implementação das ações pautadas no projeto de lei n.º 2.992/2024 está condicionada à atuação das Secretarias Municipais de Saúde, responsáveis pela execução da Atenção Primária à Saúde em todo o cenário paraibano, bem como pela organização das equipes e estratégias relacionadas à imunização em seus territórios.

Na forma como redigido o projeto de lei invade competência municipal acerca das atribuições das Secretarias Municipais de Saúde notadamente na execução de programas da Atenção Primária à Saúde.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto de lei nº 2.992/2024, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 15 de abril de 2025.



**JOÃO AZEVEDO LINS FILHO**  
Governador



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DO ESTADO DA PARAÍBA

Certifico, para os devidos fins, que este  
**PROJETO DE LEI FOI VETADO**  
e publicado no D.O.E. nesta data  
16/04/2025  
Carla Lucena Sá  
Gerência Executiva de Registro de Atos e  
Legislação da Casa Civil do Governador

**CASA DE EPITÁCIO PESSOA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**AUTÓGRAFO Nº 1195/2025**  
**PROJETO DE LEI Nº 2.992/2024**  
**AUTORIA: DEPUTADA CIDA RAMOS**

**VETO**  
O PESSOA, 15/04/2025  
[Assinatura]  
JOÃO AZEVEDO LINS FILHO  
Governador

Dispõe sobre a vacinação domiciliar das  
pessoas com deficiência ou com mobilidade  
reduzida, no âmbito do Estado da Paraíba.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:**

**Art. 1º** Fica estabelecido o direito das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, residentes no Estado da Paraíba, à vacinação domiciliar, quando necessário, visando garantir a acessibilidade aos serviços de imunização de forma adequada e respeitosa às suas necessidades individuais.

**Art. 2º** Para os fins desta lei, considera-se vacinação domiciliar:

I – a aplicação de vacinas em casa, quando a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida não puder se deslocar até um posto de vacinação devido às suas características individuais, necessidades de saúde ou condições especiais;

II – a realização de todas as etapas do processo de vacinação no ambiente residencial da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, incluindo a avaliação prévia, a aplicação da vacina e o registro adequado.

**Art. 3º** A vacinação domiciliar será realizada por profissionais de saúde devidamente capacitados e treinados para atender às necessidades específicas das pessoas, proporcionando um ambiente tranquilo e adaptado para a aplicação das vacinas.

**Art. 4º** A vacinação domiciliar será oferecida como uma opção, e a decisão de aderir a esse serviço será tomada em conjunto com a pessoa com deficiência ou, se necessário, com seus responsáveis legais, levando em consideração o melhor interesse dessa pessoa.

**Art. 5º** O Poder Executivo Estadual poderá regulamentar, no que couber, a presente Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”,  
João Pessoa, 26 de março de 2025.

  
**ADRIANO GALDINO**  
Presidente